



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia dezoito de fevereiro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Gilson Antônio Marques. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia onze de fevereiro de dois mil e quatorze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O vereador José Guedes solicitou: “Senhor Presidente, eu pediria à Presidência um minuto de silêncio pelo falecimento de minha tia no dia de hoje. Obrigado”. O Plenário permaneceu um minuto em silêncio conforme solicitação do vereador José Guedes. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “Senhor Presidente, eu quero comunicar também a ausência do vereador Flávio de Almeida que, por um motivo pessoal, teve que sair da reunião e pediu para justificar”. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Comunicação Interna nº 13/2014, de 17/02/2014, do vereador Silvânio Aguiar Silva. Informa que a reunião aberta à população com a Secretária Municipal de Habitação ficou acertada com a Sra. Cláudia Pires para 24/02/2014, às 18h30. Solicita à Presidência que realize os trâmites para esta reunião,



bem como a sua divulgação; 2) Ofício nº 28/14 do Chefe de Gabinete do vereador Gilson Antônio Marques, Danilo Paulo de Jesus; informa que por motivos de saúde, o vereador Gilson Antônio Marques está impossibilitado de comparecer à reunião de hoje, 18 de fevereiro do ano corrente. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de lei nº 1.393/2014, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre a instalação de painel opaco entre os caixas e o espaço reservado para a fila de espera, em agência bancária e instituição financeira localizada no município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 2) Projeto de Resolução nº 125/2014, autoria dos vereadores André Luiz Vieira da Silva, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida e Silvânio Aguiar Silva, que “Modifica a redação do art. 59 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, eu gostaria também de assinar esse Projeto de Resolução na sua autoria”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “Senhor Presidente, eu queria aproveitar que a maioria já assinou o projeto e pedir dispensa de interstícios e pareceres para que fosse votado hoje”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto, com exceção do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. O Senhor Presidente afirmou: “vereador André, o vereador Coxinha faz parte da Comissão de Legislação e Justiça, e ele não concorda. Olha para mim, porque no Regimento, eu não



me lembro se dois votos, porque aqui tem dois votos na Comissão contra um do vereador. Vereador Alessandro, o seu voto vai ser registrado, mas os dois vereadores que o acompanham na Comissão concordam que o projeto tenha dispensa de interstícios e pareceres. Nós estamos falando da Comissão de Legislação e Justiça. A Sua Excelência também está na outra Comissão? Esse projeto passa somente pela Comissão de Legislação e Justiça? Duas? Nós vamos resolver isso agora. Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar e Alessandro Bonifácio. O vereador Flávio de Almeida não está aqui. Tem dois na Comissão de Serviços Públicos, que ele não concorda. Silvânio concorda com a dispensa de interstícios. Me deixa em uma situação difícil, não é? O projeto para a Comissão de Legislação e Justiça já está com dispensa de interstícios e pareceres, a de Serviços Públicos, estou pensando aqui em como atuar. Se a Sua Excelência que é o autor do projeto com outros vereadores, mas estou me dirigindo à Sua Excelência porque foi assinado pela Sua Excelência primeiro. Como o vereador Flávio, que é da Comissão, não está presente, a Sua Excelência não pode deixar para o vereador Flávio se pronunciar durante a semana e o projeto é encaminhado?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “Senhor Presidente, a questão é que a gente vai voltar na mesma estaca. Eu pedi dispensa de interstícios e pareceres para tentar resolver o problema porque, na verdade, tanto o vereador Flávio como o vereador Silvânio assinaram o projeto também. Então, eles não poderiam, o Senhor teria que nomear”. O Senhor Presidente disse: “eu sei que o vereador Flávio assinou, mas ele tinha que estar em Plenário para votar a dispensa de interstícios, ele não está aqui. Mas na verdade eu



estou tentando arrumar uma solução pacífica, quem decide é a Presidência. Eu vou decidir pela maioria. Vou pedir vênias à Sua Excelência, viu? Eu decido pela maioria, o projeto está com dispensa de interstícios e pareceres da Comissão de Serviços Públicos e vai hoje para sua votação. Por sete votos a um. Até porque a minha postura aqui, eu já vou até adiantar, é sempre votar com o autor do projeto, que seja em qualquer circunstância eu vou votar a favor do autor do projeto. O vereador André Luiz Vieira da Silva informou: “o vereador Flávio está aí”. O Senhor Presidente falou: “vereador Flávio, me deixa em uma situação aqui para votar para a Sua Excelência. Podia votar isso, até me tirava disso. Já sabe o que é o projeto? Apesar de que já foi votado, Sua Excelência quer ouvir? Dispensa de interstícios. Sua Excelência concorda também. Simbolicamente, porque já foi votado. Obrigado”. 3) Projeto de lei nº 1.394/2014, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Organização Não Governamental Papai Noel Mirim. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira como Relatora da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, com relação a esse Projeto de Lei, que declara de Utilidade Pública a Organização Não Governamental Papai Noel Mirim, eu gostaria que o autor, o vereador Fausto Niquini, fizesse talvez até juntamente comigo, vereador, que a gente solicitasse a dispensa dos pareceres e já fizéssemos a votação desse projeto hoje, em virtude que a Prefeitura Municipal tem feito a Chamada Pública e já tem recebido as propostas para as entidades receberem a



subvenção no ano de 2014. E se a gente fizer isso, nós ganhamos tempo, juntamente com a entidade, e ela já pode, assim, participar, apresentando seu projeto e já recebendo a sua subvenção”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “é um prazer, vereador Leci Campos. Eu gostaria, inclusive, de fazer um convite aos demais vereadores que assinassem também conosco”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “Senhor Presidente, apesar de já ter sido votado, e o vereador Fausto pode nos ajudar aqui, a entidade precisa de ter um prazo que ela existe”. O Senhor Presidente falou: “dois anos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “dois anos, não é isso? Teria que olhar. Eu penso que a gente...”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, já tem uma declaração do prefeito”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “nós temos aqui um atestado do prefeito: ‘Atesto para os devidos fins que a Organização Não-Governamental Papai Noel Mirim, com sede à Rua Maria Ragonezi Zanforlin, nº 109, Bairro Centro, Nova Lima, Minas Gerais, inscrita sob o CNPJ 19.119.316/0001-25, está em efetivo funcionamento há mais de dois anos’. Assinado pelo prefeito de Nova Lima”. O Senhor Presidente falou: “ele está na segunda parte. Até lá eu já tenho notícias se está tudo em ordem para colocar em votação, sem problemas. Obrigado, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “eu só quero falar que sou totalmente a favor da instituição, mas é porque tem a ver com a Comissão de Legislação e Justiça e eu penso que a gente tem que ter uma cautela com relação a isso. Mas a minha observação



é só essa, do ponto de vista legal”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.387/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do cumprimento de medidas de prevenção de acidentes em piscinas de clubes recreativos e condomínios no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.388/2014, que “Retifica o artigo 14, caput, da Lei Municipal nº 2.298, de 01/11/2012, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.389/2014, que “Dispõe sobre a publicação em sítio da rede mundial de computadores da lista cronológica de espera para consultas comuns ou especializadas, exames, cirurgias e quaisquer outros procedimentos ou ações da saúde agendada pelos cidadãos no Município e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.390/2014, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.321, de 10/04/2013, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.391/2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer



favorável à tramitação do projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou: “Senhor Presidente, a gente queria pedir que votasse este projeto ainda hoje. Que colocasse este projeto em votação ainda hoje”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, nesse caso aí, deverá ser solicitado ao Plenário a dispensa do parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais, porque já passou pela Comissão de Legislação e Justiça e na pauta já está encaminhando para a Comissão de Serviços Públicos Municipais”. O Senhor Presidente disse: “vereador, eu ia me pronunciar, mas Sua Excelência pediu a palavra. O vereador Silvânio Aguiar está pedindo que este projeto entre hoje para a sua votação, com a dispensa do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais. Projeto do Executivo, nº 1.391/2014, com dispensa de interstícios e Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais. Os vereadores que concordam...”. O vereador José Guedes falou: “Senhor Presidente, um momento. Silvânio, o senhor poderia ler só o título para mim”. O Senhor Presidente afirmou: “Projeto de autoria do Executivo, dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa”. O vereador José Guedes agradeceu. O Senhor Presidente registrou: “os vereadores que concordam com a dispensa de parecer para unicamente a Comissão de Serviços Públicos Municipais, porque o da Comissão de Legislação e Justiça já foi lido, e está pronto para ser votado. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou: “agora eu quero pedir que ele entre em votação na pauta de hoje”. O Senhor Presidente disse: “está aprovada a dispensa de interstícios e



pareceres. Eu já fiz a votação direta que a Sua Excelência pediu. Ele entra para a segunda parte desta reunião para ser votado hoje”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, queria pedir para fazer uma correção porque o Presidente desta Comissão é Silvânio Aguiar. Está invertida a ordem”. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.392/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de limpeza e desobstrução de espaços e vias públicas após a realização de eventos, no prazo que menciona, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, eu não vi no momento da apresentação das proposições, primeira parte da nossa reunião, o projeto que autoriza a instalação da Empresa Biom S/A, além de dar outras providências. Conforme eu conversei com o Senhor, esse projeto deu entrada na Casa no dia quatro de dezembro. O Senhor me disse que, de acordo com o Regimento, o Presidente teria duas alternativas. Ou colocar o projeto quarenta e oito horas de recebimento ou quarenta e cinco dias”. O Senhor Presidente registrou: “trinta e seis ou quarenta e cinco dias”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “então, trinta e seis horas ou quarenta e cinco dias. O de trinta e seis horas, como o Senhor está falando, não foi colocado em pauta. Então, nós estamos dentro do prazo de quarenta e cinco dias. De quatro de dezembro até o dia do nosso encerramento do ano legislativo, nós tivemos nove dias. Janeiro, recesso. Fevereiro, até a data de hoje, nós somamos dezesseis dias. Com isso, nós temos vinte e cinco dias corridos. Então, estão





faltando apenas vinte dias. E pelos meus cálculos, isso vai estar por volta de nove de março. Então, eu gostaria de pedir ao Senhor que olhasse com muito carinho isso. Na reunião passada, eu mencionei que se a gente perder essa instalação dessa empresa, a primeira da América do Sul, a terceira do mundo, que coloca Nova Lima em destaque nacional e internacional, além de ser um projeto social e economicamente favorável, não é? Então, eu gostaria que o Senhor, realmente, analisasse com carinho. Na época um vereador me perguntou ‘mas isso é a Câmara que pode perder o prazo?’. Eu falei ‘é, a Câmara que pode perder o prazo como nós perdemos dos doze milhões’. E eu não vou citar nome de vereador para não precisar de debate porque eu não quero debate a respeito disso. Eu só vou ler parte do editorial do ‘Jornal A Notícia’, que está muito bem feito e apropriado para o momento”. O Senhor Presidente falou: “vereadora, só um minuto, eu vou dar a palavra para a senhora ler, mas nós estamos totalmente fora de pauta. Isso poderia ser no fim. Mas já começou, eu vou ouvir a senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “tudo bem, eu já estou encerrando. ‘A fábrica é necessária, não pode demorar’. Não são palavras minhas, são palavras do editor do ‘Jornal A Notícia’, muito bem colocado. ‘A fábrica é necessária, não pode demorar. Os vereadores não têm escolha: ou alteram a lei, ou deixam o cavalo passar selado e sem montaria, mais uma vez. Já perdemos a fábrica da Coca-Cola para Itabirito, um estádio de futebol para Sete Lagoas e perdemos, recentemente, uma importante fábrica de equipamentos médicos e hospitalares para Belo Horizonte’. Então, gente, vamos refletir, vamos analisar e vamos pensar com muita seriedade sobre a importância desse projeto



para o Município de Nova Lima. E as instituições Câmara Municipal e Prefeitura Municipal estão acima das pessoas. Então, nós vamos passar, mas a instituição Câmara e a instituição Prefeitura vão permanecer. Elas são maiores do que nós enquanto pessoas. Nós devemos fazer de tudo para a gente não entrar para a história de Nova Lima como nós rejeitamos uma empresa do porte da Biomm. Obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente registrou: “eu só ia responder às palavras da vereadora, eu não quero transformar isso em um debate, até porque isso não está em pauta, definitivo. Mas se Sua Excelência for breve, porque eu também ia responder à vereadora. Com a palavra”. O vereador José Guedes disse: “na reunião passada não ficou bem explicado sobre o prazo de doze milhões. Foi relatado nesta Casa que quem perdeu o prazo foi a Câmara. Me parece que o Senhor rebateu que foi a prefeitura que perdeu o prazo. Então, até pedi ao vereador Silvânio Aguiar que noticiasse nos três bairros que seriam beneficiados, que não foi a Câmara Municipal e sim a prefeitura. Gostaria de saber se o colega Silvânio, se ele realmente noticiou isso nos três bairros, teve uma palestra aí com a associação de bairros, porque o desgaste foi tremendo para a Câmara Municipal. Perde-se o prazo e nós ficamos com essa cara aqui, cara de pau. E eu quero saber quem perdeu o prazo. Eu tenho certeza absoluta de que não foi a Câmara. Eu gostaria de ouvir da boca do Presidente. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “fui citado, Senhor Presidente. Na inauguração do Cempre no Nossa Senhora de Fátima, aliás, eu até aproveitei o espaço aqui para parabenizar o prefeito em função dessa inauguração importante para aquela região, eu sei que o tema não é esse. A



gente falou sobre esse assunto e eu vou com a vereadora Ângela. Meu pensamento é que esses prazos, excelentíssimo vereador José Guedes, se perde a Câmara, se perde a Prefeitura, o grande perdedor é a população de Nova Lima. Sou eu, é você, todo mundo que está aqui. Então, eu acho que essa discussão nossa com relação à Biomm, eu sei da dificuldade que foi para conseguir captar a Biomm para cá, não foi fácil na administração anterior. E agora a gente vê aí essa dificuldade em tramitar esse projeto na Casa. Honestamente, eu penso que o Presidente da Casa, ele está olhando o projeto do ponto de vista da legalidade, lá precisa fazer a revisão do Plano Diretor, lá tem uma parte importante da cidade que ficou sem fazer a revisão do Plano Diretor, aliás, não é revisão do Plano Diretor, é só uma... me fugiu o nome aqui, Senhor Presidente, mas falta uma coisa do Plano Diretor para se fazer. Agora, eu penso assim como a vereadora Ângela Lima, que Nova Lima pode perder muito e pode perder muito mesmo. Eu, enquanto Secretário de Desenvolvimento Econômico, nós não trouxemos para Nova Lima, nos últimos tempos, uma empresa do porte da Biomm. E nós estamos perdendo minério, isso aí vai acabar em breve, o minério vai acabar em breve. Eu penso que nós temos que resolver essa questão. Se a administração tem o problema dela com a Casa, eu penso que a administração tem que pôr a mão na ferida e resolver. E a Casa também, abrir mão, de certa forma, para fazer com que o projeto possa tramitar de uma forma normal aqui na Casa. Mas, faço coro com as palavras da vereadora Ângela”. O vereador José Guedes afirmou: “ele não respondeu a minha pergunta. Eu não perguntei nada de Biomm não, perguntei dos doze milhões, se o vereador foi lá e relatou para o povo. Eu



perguntei não foi isso não”. O Senhor Presidente registrou: “exatamente, ele perguntou sobre os doze milhões. Mas não vamos entrar nesse detalhe”. O vereador José Guedes disse: “Senhor Presidente, está nas costas da Câmara como a Câmara perdeu o prazo”. O Senhor Presidente falou: “mas não foi, não foi. Tem vereador que sai para a rua falando que a Câmara é culpada, não tem problema, não preocupa com isso. Aqui foi feito no Plenário, nós votamos na época certa. Aqui não é nada de toque de caixa não, nós temos que votar é com legalidade. Quando nós achamos que tinha legalidade, votamos, acabou. Agora, se a Caixa perdeu o prazo, se o prefeito perdeu, é problema deles. Nós não temos culpa disso não”. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, eu fui citado, só um minuto. Eu quero dizer o seguinte, quem tem direito a terreno não é só rico não, só bilionário não. Eu, no princípio do mandato do Senhor Cássio Magnani, no outro mandato eu nem fui lá porque eu era tratado como um verdadeiro demônio dentro da prefeitura. Então, nem lá eu fui, nunca fui ao gabinete do ex-prefeito. Então, ao assumir a prefeitura, eu fui com os coitadinhos aqui, principalmente do Matadouro, o Feijão, o Pedro, o Renatinho, aquele menino, esqueci o nome da firma que aluga cadeiras e mesas. Só gente pobre, eles foram atendidos. Levei o pessoal lá, tem um ano e pouco, prometeram mundos e fundos, até outro dia eu procurei o prefeito para resolver. Isso é trezentos metros de terra para os pobrezinhos, empresários. Renatinho ali da oficina. Então, é uma má vontade, o prefeito simplesmente ‘ah, tem problema de terreno com o ex-prefeito’. Tem sim. Que ele faça os projetos e mande para a Câmara que eu tenho certeza, e já indiquei um terreno ali na subida da Avenida, tem um terreno



que daria para uns quatro coitadinhos desses. Falou que não, que teve problema no passado. Passado que eu sei que foram mais de cem terrenos ilegais. É só ele fazer a lei para esses coitados aqui. Então, nós temos sim que correr é dos dois lados, é para o pobre e para o rico. Não sou contra projeto nenhum que vá trazer benefícios. Nós perdemos várias firmas aqui por incapacidade do município, sacanagem, má vontade. Não vou dizer aqui os motivos, mas eu sei por quais motivos foram. Então, Senhor Presidente, para encerrar, pau que dá em Joana dá em Maria. Então, o prefeito tem que correr para os dois lados. E respeitar esse vereador, que ele mandou que eu procurasse o Secretário lá em cima, eu procurei, até hoje, ficou de me chamar, tem um ano e pouco. Então, eu principalmente aqui, vou lutar para os pobres. A vida toda, o Senhor sabe disso, é aqui... Vou dizer, não sou contra esse projeto, mas o prefeito é obrigado a olhar por todas as classes. Ele, quando sentava naquela cadeira ali, sempre falava ‘vamos desapropriar terreno’. Qual terreno ele desapropriou até agora? Nenhum. Isso me revolta. Vinte anos batendo naquela cadeira ali que ia desapropriar. Desapropria nada, até agora. Espero que ele desaproprie a Vale para construção de casas e a AngloGold para dar terrenos para esses pobrezinhos aqui. Obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente registrou: “só respondendo as palavras da vereadora, que nem vou citar o nome para não dar réplica, para continuarmos os nossos trabalhos, só falta um projeto. Na verdade, essa empresa vindo para cá é muito bom para Nova Lima, quem disse que não é? Claro que é. Até eu quero, e todo nova-limense quer. Agora, vocês já notaram que aqui é o seguinte, as coisas chegam tempestivamente, tem que votar do jeito que



eles querem, correndo e ilegal. Porque pela contagem de prazo, eu tenho ainda vinte dias para pôr o projeto nesta Casa e isso vai acontecer. Agora, vai acontecer com o parecer contrário ou a favor. Até agora não achei legalidade, estou procurando para ajudar o município. Agora, eu não vou legislar em cima de notícia de jornal, em hipótese alguma. Você imagina se nós fôssemos, com cargos de legislativos, de executivos, legislar em cima de notícia de jornal. O 'Jornal A Notícia' tem a opinião dele lá, acha que é daquela forma, respeito o jornal, mas eu só faço dentro da legislação atual. A atual não tem jeito, está difícil. Mas nós estamos procurando um meio de tentar ajudar, não estamos conseguindo. Mas, se o Chefe do Executivo entende que eu estou atrapalhando o processo, olha o Ministério Público aqui em cima, ele pode interceptar. Às vezes, o Ministério Público acha a legalidade e vem cá dar no projeto. Se não fez essa interceptação até agora, porque não fizeram? Só pode não ter ainda condição de resolver. Por que não faz? Está aqui na subida, vai lá e faz a interceptação. Eu não quero discutir isso mais, tenho vinte dias para resolver isso, vou resolver com calma e dentro da legitimidade. A mim não importa se é a Biomm, se é a Coca-Cola, que já não deixaram vir para cá, essa aí foi uma lástima. Mas, o trabalho é para trazer a empresa para cá, a verdade é essa. Mas tem que ser dentro da lei, senão não temos jeito de fazer isso não". O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: "na verdade, eu queria fazer uma pergunta para o Senhor acerca do Plano Diretor. O Senhor tem ciência do que está retardando o envio do Plano Diretor para esta Casa?". O Senhor Presidente falou: "esse prefeito até não tem muita culpa não. Na minha opinião, quem tem mais culpa é o que



saiu. Ficou cinco anos com ele, com uma inadimplência danada nas mãos dele, quando mandou, mandou todo... E eu era o Presidente da Casa em 2010, parece que esse Plano chegou aqui, ou 2011, não sei, todo irregular, sem condição nenhuma, o Plano Diretor é dessa grossura assim, com os mapas, chegou desse tamaninho, só para cumprir data, cumprir uma reivindicação do Ministério Público, tanto é que eu desqualifiquei ele, não era o Plano Diretor que ele tinha que mandar. Tudo bem, o prefeito atual já está com um ano, já era para se mexer, mas parece que já está se mexendo. Mandou o do Jardim Canadá, está aí, veio errado, vai ter que devolver. Só para eu explicar mais ou menos, uma Audiência Pública, quando ela é efetuada de uma ADE, que é a do Jardim Canadá, ou que seja de outro lugar, ela não pode ser modificada. E eles modificaram ela na prefeitura e mandaram para cá, inclusive, eu não quero citar nomes, falou que estava igualzinha, mas não está. Já acareamos os mapas, está diferente, tem que voltar para lá, eles têm que fazer outra Audiência Pública porque essa pegadinha não vai pegar em mim. Porque se eu pegar, por exemplo, a ADE do Jardim Canadá e eu pôr ela aqui para discutir, estou fazendo uma ilegalidade porque ela foi modificada. Porque o prefeito que saiu, o Carlos Rodrigues, fez ela e depois esse prefeito mexeu nela. Então, para mexer nela tem que ter outra Audiência Pública, aquela que eles fizeram lá atrás já acabou. Então, não vão me pegar. Vai voltar para lá, vão fazer outra Audiência Pública, a hora que eles caracterizarem ela dentro da legalidade, manda para cá porque nós estamos aqui é para trabalhar. Nós não temos nada de Plano Diretor. Esse prefeito aí ainda mandou um, o outro não mandou nada. O outro ficou cinco anos sem encaminhar nada



para cá. Agora, isso aqui é lei, 2007, é um Plano Diretor que foi constituído por lei. É uma lei que tem que ser cumprida dentro do município, não pode passar em cima disso não. Não é simplesmente chegar aqui e falar assim ‘está chegando aqui, a Biommm está entrando’. Não, tem que saber se lá tem zoneamento para eles entrarem. Lá não é zona industrial. Aí, amanhã você aprova na calada da noite, correndo aqui, os moradores de lá têm direito de entrar na justiça, vai embargar tudo e vai virar uma meleca. Então, o que é que faz? Faz as coisas direito. Está respondido?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “na verdade, eu fiz essa pergunta por que quando se diz que... Parece que a culpa é sempre do Legislativo, parece que nós somos responsáveis”. O Senhor Presidente registrou: “essa culpa sempre vamos ter, é assim que eles fazem, o Executivo sempre joga a culpa em cima da gente. Estou aqui há dezesseis anos, quando a gente não faz as coisas do jeito deles, a culpa é nossa. A culpa é nossa. Mas tudo o que está no município de empresa, passou por aqui, foi a Câmara que trouxe”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “e na verdade, essa empresa também, do jeito que está o processo, ela fere o Plano Diretor e o Plano Diretor está lá, já poderia estar aqui”. O Senhor Presidente falou: “nós estamos procurando uma legalidade dentro disso. O doutor está ali, nós estamos conversando com alguns advogados em Belo Horizonte para achar a legalidade. Agora, deixar bem claro, vereador, que o prefeito tem toda, toda a sua autonomia do Executivo. Se ele achar que estou prejudicando o processo, encaminha para o Ministério Público. Manda o Ministério Público me autuar para eu ter que pôr ele aqui na marra no Plenário”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou:





“o que eu quero dizer é que a responsabilidade maior nessas questões, principalmente, que envolvem Plano Diretor, quem tem que assumir a responsabilidade é o Executivo. Se ele entende que o Plano Diretor precisa ser mudado, então, ele precisa acelerar o processo que lhe cabe, a parte que lhe cabe, para poder enviar para esta Casa para que a gente possa revisar o Plano Diretor. É o que eu entendo. Eu entendo que o Plano Diretor, que é o fundamental, é como se estivesse na nossa mão e nós estivéssemos segurando. Tem que falar”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, o interesse da Casa é que essa empresa entre aqui mesmo, são dois mil empregos, ótimo para nós. Mas, a gente tem que fazer dentro da lei, na legalidade. Estamos sentados aqui porque as pessoas votaram em nós para fazermos as coisas certas”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “para ser bem claro, eu estou querendo aproveitar, pegar uma carona de que o Executivo quer acelerar o processo para beneficiar a Biom, e aí a gente pode pegar uma carona para poder também acelerar o envio do Plano Diretor para esta Casa, que ele fica retardando. Essa é a realidade”. O Senhor Presidente falou: “continuando a nossa reunião. O projeto da Sua Excelência, do Papai Noel Mirim, eu vou encaminhar, durante a semana agora, para a Comissão de Legislação e Justiça e durante a semana ela vai decidir a respeito da duração da... É o encaminhamento...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira informou: “Senhor Presidente, eu já conversei com os membros da Comissão e eles estão de acordo”. O Senhor Presidente afirmou: “eu posso pôr em votação, não tem problema, vereador. Vou sempre falar uma coisa aqui, só quero falar um negócio. O projeto do Papai Noel Mirim já estava com dispensa de interstícios e



pareceres para ser votado. Houve uma dúvida aqui, deixar bem claro que a Presidência não tem responsabilidade nenhuma sobre isso. Quando eu falo em dispensa de interstícios e pareceres, quem são os responsáveis são as Comissões que estão dispensando interstícios e pareceres. Deixar bem claro para os membros das Comissões. Eu vou pôr em votação e se algum vereador tiver preocupação com alguma coisa, tem todo o direito de pedir durante a semana para verificar. Agora, a Presidência não tem nenhuma responsabilidade sobre isso. Vou pôr em votação”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de lei nº 1.394/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Organização Não Governamental Papai Noel Mirim.” Em primeira votação, aprovado por oito votos. Em discussão, o vereador José Guedes registrou: “Senhor Presidente, quero parabenizar o vereador Fausto pela iniciativa. Papai Noel Mirim merece ser de Utilidade Pública há mais anos, pelo trabalho realizado em nossa cidade, é uma coisa maravilhosa, foi criada por um garoto, hoje já é um rapazola e sua família está de parabéns. Todos que contribuem com o Papai Noel Mirim estão de parabéns. É realmente uma entidade merecedora. O Fausto está de parabéns”. Em segunda e última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “gostaria de agradecer aos meus nobres colegas vereadores por terem votado por unanimidade nesse projeto, por se tratar de um projeto de solidariedade para aquelas pessoas com maior vulnerabilidade social. E fico muito feliz porque assim que cheguei nessa cidade, logo... estou vendo ali o João Marcelo e seus colaboradores, desde



que aqui cheguei, eu sou um membro que sempre patrocinei, colaborei com o Papai Noel Mirim. E como disse o José Guedes, começou com um menino, uma criança. Não é, João Marcelo? E só tenho, realmente, que parabenizá-lo por esse belo projeto seu. Muito obrigado a todos”. 2) Projeto de lei nº 1.391/2014, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. O vereador Leci Alves Campos falou: “Senhor Presidente, eu gostaria da justificativa do voto neste projeto. E lembrar aos nobres vereadores, inclusive que já votaram, o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa já era até para ter sido votado há mais tempo. Ainda bem que a gente percebeu essa necessidade e adiantou os trâmites desta Casa e assim votando nessa data, nessa noite, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa e, automaticamente, o Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa”. 3) Projeto de Resolução nº 125/2014, que “Modifica a redação do art. 59 da Resolução Legislativa nº 09/90, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dispõe sobre o seu funcionamento”. Em discussão, o Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice e apresentou emenda: “eu queria pôr uma emenda muito simples no projeto, vereador André, acho que não vai ter muito debate sobre ela. Que as pessoas, digamos assim, que sejam políticos, por exemplo, um governador, um deputado, um prefeito, que pudessem receber a homenagem numa reunião como esta de hoje, não isoladamente. Aí também fica a cargo do vereador, só estou abrindo espaço porque se eu for fazer uma



homenagem a alguma pessoa que tem cargo político, eu queria fazer numa reunião dessa. Agora, o vereador que não quiser usar desta emenda, que faça fora, não tem problema, não estou exigindo que faça, estou falando que dá uma abertura para quem quiser fazer, acho que ela não tem discussão nenhuma para isso”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “o senhor está pedindo para pessoas políticas?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza respondeu: “é político, alguma celebridade aí, dar um Título aí para o Roberto Carlos, para o Hélio Bria. É celebridade. A emenda é muito simples. Algum problema, vereador?”. O vereador André Luiz Vieira concordou com a emenda. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente Alessandro, na última reunião foi sugerido que o vereador que quisesse poderia optar pelo dia da reunião oficial. Foi dito isso aí. Eu gostaria que colocasse isso aí em votação, que foi dito isso aí. O vereador Alessandro quer na terça-feira, ele tem a opinião dele, ele tem os seus propósitos. Então, o vereador Fausto quer que seja em um dia comum, que seja. Porque eu, na minha opinião, eu gostaria que fosse nos dias oficiais da reunião. Eu não vejo nada demais nisso, entendeu? Poderia antecipar a nossa reunião para que a homenagem fosse às dezenove e trinta, porque eu acho que não vai dar certo”. O Senhor Presidente reassumiu a Presidência. A emenda do vereador Nélio Aurélio de Souza foi aprovada por oito votos. O Senhor Presidente registrou: “a respeito do vereador José Guedes, vereador André, ele entende que para a homenagem que ele vai fazer teria que ser em um dia de reunião da Casa. Qual é a sua sugestão, porque vou ter que pôr em votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “a ideia do projeto já é justamente



derrubar isso”. O Senhor Presidente falou: “a ideia é derrubar isso. Eu consegui fazer uma emenda, vereador, pondo, por exemplo, políticos em um dia como hoje, pessoas que têm cargo político. Agora, vou ter que levar para votação e a Sua Excelência tem direito de votar contra”. O vereador José Guedes afirmou: “eu gostaria que a minha emenda fosse colocada em votação porque foi dito na semana passada que seria opcional”. O Senhor Presidente registrou: “eu ponho a sua emenda em votação. O senhor tem outra emenda isolada. A emenda do vereador José Guedes é que ele também pode usar um dia com esse de hoje para homenagear qualquer pessoa”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “aí volta à estaca zero”. O Senhor Presidente falou: “a emenda vai ser votada, por isso estou falando. Vou pôr ela aqui agora, quem vai decidir são vocês”. O vereador José Guedes afirmou: “deixa eu explicar melhor porque, às vezes, eles não estão entendendo. Se eu quiser no dia é uma opção. Se os outros vereadores não querem, pode ser em outro dia”. O Senhor Presidente registrou: “mas essa era a opção que eu propus ontem, mas o vereador André não quer. Ele acha que o projeto dele já está aqui para ser votado”. O vereador José Guedes disse: “então pode colocar em votação”. O Senhor Presidente falou: “o Senhor aceita...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “não, eu sou contra a emenda dele”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “Senhor Presidente, posso dar uma sugestão? Se, por exemplo, o vereador José Guedes quiser fazer uma homenagem no dia da terça-feira, na sessão anterior nós votamos, concordando ou não, que ele faça a homenagem à determinada pessoa”. O Senhor Presidente disse: “é outra emenda que tem que pôr,



vereador.” O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “acho que satisfaz a todos”. O Senhor Presidente afirmou: “ele está aí do seu lado. É outra emenda que tem que pôr agora. Conversa com ele, ele está do seu lado, se ele concorda”. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “eu entendo o seguinte, que a emenda dele... Nós votamos na sessão anterior. Semana que vem o vereador José Guedes quer fazer uma homenagem à determinada pessoa. Nós votamos na semana anterior se concordamos ou não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva disse: “aí não entra como emenda, é independente do projeto. É o projeto passar e, de repente, se quiser quebrar o protocolo e determinar numa reunião que na outra vai ter uma homenagem”. O vereador José Guedes falou: “não, é uma emenda que estou propondo”. O Senhor Presidente afirmou: “ele está propondo uma emenda para entrar aqui agora. O que o vereador Fausto está propondo é uma suposição de reuniões para discutir isso. O vereador José Guedes quer pôr uma emenda para ter segurança do que ele quer. Só isso”. O vereador José Guedes registrou: “a Câmara poderá votar posteriormente também. Tem que votar a emenda”. O Senhor Presidente disse: “não, a não ser que Sua Excelência chegue com um projeto antes da reunião e derrube o projeto dele aí e revoga. Aí vai ter que começar tudo do zero. Agora, chegar na reunião e só falar que quer fazer e não tem nada oficializado na Casa, não tem jeito. O que podemos fazer é Sua Excelência entrar com a emenda, ser derrotado agora e depois Sua Excelência conseguir votos para derrubar o projeto mais para frente. É democrático”. O vereador José Guedes falou: “eu não estou vendo nada demais nisso. É uma opinião minha, do vereador, eu acho que não vai dar certo, mas eu concordo, vou



votar a favor, só que eu gostaria de colocar essa emenda, opcional”. O Senhor Presidente afirmou: “vou pôr sua emenda em votação. Ela sendo rejeitada, o projeto caminha com a minha emenda e o seu projeto, só isso para votação”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “inclusive, Senhor Presidente, poderia até estipular um dia fixo para que fossem feitas as homenagens mensais. A vereadora Ângela tinha sugerido a última quinta-feira de cada mês. Até porque tem a questão do cerimonial, que tem que se preparar para ajeitar as reuniões especiais. Mas a realidade é, Senhor Presidente, que não dá... A gente está discutindo aqui uma coisa tão simples, uma coisa tão simples e está levando tempo. E tem homenagem hoje”. O Senhor Presidente disse: “vereador, a questão agora é a seguinte: eu tenho que pôr a emenda do vereador em discussão e em votação. Se ela for derrotada, nós já temos uma emenda aqui, vamos por para votar, simplesmente isso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu só queria registrar que a emenda dele sendo aprovada pode rasgar a Resolução, pois ela não terá valor nenhum”. O Senhor Presidente afirmou: “vereador André Vieira, eu tenho que pôr a emenda. Aqui nós temos outros vereadores, é subestimar o vereador fazer isso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu só estou dizendo que a emenda dele anula totalmente o sentido da Resolução”. O Senhor Presidente disse: “mas ela tem que ir para Plenário, isso é direito dele”. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “eu não estou dizendo que não tem que entrar em votação não, Senhor Presidente”. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, eu estou com a palavra. Só mais um minuto, eu vou concluir. Não tem nada a ver com o projeto dele. É opcional. O Joaquim,



o Pedro querem na quarta-feira? Que seja na quarta-feira. Eu quero na terça-feira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu pedi que não seja na terça-feira”. O Senhor Presidente disse: “eu sabia que ia dar polêmica nesse ponto aí. A Sua Excelência tem todo o direito de pôr emenda, vou por em discussão e em votação”. O vereador José Guedes falou: “só para concluir. É tão bom a gente ver o público aqui, o público frequenta, tem interesse de ver a pessoa ser homenageada. O que é que tem demais nisso? Isso aí é opinião minha, eu acho que não vai dar certo. É opcional. É o que penso”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “as pessoas estão lá fora”. O Senhor Presidente registrou: “isso aqui é um colegiado. Já foi, ele já conseguiu votos até no projeto para assinar para ele. Ele já conseguiu aqui, tem seis assinaturas no projeto dele. Isso é um colegiado. A sua emenda vai em Plenário agora, se o senhor tiver voto. A emenda do vereador José Guedes está em Plenário para ser discutida, ele quer que as reuniões de homenagens aos agraciados sejam nas terças-feiras”. A emenda do vereador José Guedes foi rejeitada por cinco votos contrários a três votos favoráveis. Vereadores que votaram contra: André Luiz Vieira da Silva, Fausto Niquini Ferreira, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Nélio Aurélio de Souza e Silvânio Aguiar Silva. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Leci Alves Campos e José Guedes. O vereador José Guedes disse: “justificativa de voto. O Senhor vai ver, nós vamos assistir o fracasso. Não vai ter público aqui, não vai ter vereador aqui, eu tenho certeza absoluta. Noventa por cento das homenagens aqui serão com o autor somente, não vai ter a Câmara. Digo isso por experiência própria”. O Senhor Presidente falou: “vereador, acho





que a Sua Excelência tem razão. Eu só votei a favor do projeto porque seria incoerência minha pôr emenda no projeto e votar contra”. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, eu tenho a saída. Eu faço um requerimento aqui e quem quiser votar contra meu requerimento que vote. Eu não vejo nada demais nisso, começarmos a reunião mais cedo no dia da homenagem. Só que aqui eu vejo o Senhor lutando para começar a reunião às seis e meia, vereador chega atrasado. Eu não chego atrasado, só se tiver um motivo muito grave, pelo contrário, eu chego adiantado e cumpro com minha obrigação. Então, veremos no futuro”. Em primeira e segunda votação, o projeto foi aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação. O Senhor Presidente registrou: “nós temos uma homenagem para fazer para uma senhora. Já está na hora, não é? Tem cinco requerimentos. A senhora tem cem anos, está aí esperando para ser homenageada. Os vereadores querem que eu prossiga ou alguém vai dar uma aliviada? Vou ver se eu faço rápido, mas tem requerimento aqui que é grande demais”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Leci Alves Campos: Requer que esta Casa organize uma homenagem às Mães Nova-limenses no mês dedicado a elas, Maio. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou: “eu gostaria de pedir a Vossa Excelência, vereador Leci Alves Campos, que a gente pudesse incluir nessas homenagens aquelas mães que têm filhos adotivos. E que nesta homenagem a gente já pudesse de vez decidir aqui, que a gente pudesse homenagear a Dona Isaltina que morreu no ano passado, cem anos, na pessoa de uma das filhas adotivas dela. Se você me permite”. O vereador Leci Alves Campos concordou. O



vereador Silvânio agradeceu o vereador Leci pela compreensão. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente disse: “vamos ver se conseguimos fazer rápido, gente. A senhora tem cem anos”. 2) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo o asfaltamento de ruas no Bairro Alvorada. O autor informou: “eu conversei com o vereador José Guedes, eu tenho um outro requerimento. Vou retirar este requerimento”. O Senhor Presidente comunicou: “retirado o requerimento do vereador Silvânio Aguiar”. 3) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que determine um empenho conjunto das Secretarias Municipais de Emprego e Renda, do Meio Ambiente e da Saúde, esta por meio do Departamento de Vigilância Sanitária, para providências urgentes de transferência da Associação dos Catadores de Papel, do galpão onde funciona atualmente, situado às margens da Rodovia MG 030, no Bairro Vila Industrial, onde funcionava a garagem da Consita. Aprovado, oito votos. 4) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo a realização, com recursos próprios da Prefeitura Municipal de Nova Lima, de todas as obras de infraestrutura que estavam previstas no Projeto de Lei nº 1.333/2013, para os Bairros Nossa Senhora de Fátima, Bela Fama e Fazenda do Benito. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente falou: “eu li um requerimento de cada vereador, ainda tem vereador que tem dois requerimentos. Nós vamos terminar eles ou a senhora pode entrar? Então, eu vou ler de todo mundo. Nós vamos ficar aqui até a hora que der”. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, eu pediria ao Senhor que colocasse em votação porque em outras vezes foram retirados até projetos desta Casa, coloque os



requerimentos na semana que vem”. O Senhor Presidente registrou: “eu vou cumprir o Regimento. Vai ler todos os requerimentos. O problema eu tentei resolver, quem não quer é porque não quer. Não posso, estou cumprindo o Regimento, não posso pôr o Regimento em votação. O vereador tem direito a ler requerimento dele”. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, se o Plenário decidir pode cancelar”. O Senhor Presidente falou: “não, vamos continuar. Sua Excelência quer que leia”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “é uma senhora de cem anos, põe em votação”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, eu vou te dar a palavra, qualquer vereador, desde que ele termine de ler o requerimento. Termina esse requerimento que eu dou a palavra a qualquer vereador que quiser”. 5) Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer informações ao Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Prefeito e do Secretario Municipal de Meio Ambiente, acerca do andamento das ações fiscais adotadas para coibir a instalação de engenhos de publicidade clandestinos, do tipo publicitário. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente disse: “deixem-me só falar aqui, o Regimento é bem claro. Aqui foi tratado três requerimentos para cada vereador e o vereador só tira se ele quiser. Se ele não quiser eu vou ler todos os requerimentos. Eu faço, às vezes, algum apelo é porque a pessoa...”. O vereador Leci Alves Campos falou: “Senhor Presidente, da minha parte, os meus o Senhor pode retirar”. O Senhor Presidente afirmou: “então, estou tirando, vereador Leci. Muito obrigado, até pelo fato de a senhora ter essa idade. Tem mais dois requerimentos de Ângela Lima e um de Nélio Aurélio. O meu estou retirando”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira



registrou: “Senhor Presidente, o meu também eu retiro. E isso vem provar a necessidade da Resolução que nós acabamos de aprovar”. O Senhor Presidente disse: “ainda bem que já votou e foi aprovado. Obrigado aos vereadores que tiveram compreensão. Antes de abrir a reunião de homenagem à Senhora Ruth Racioppi da Rocha, eu queria fazer um comentário rápido. Nessa semana teve uma explanação do Colar Metropolitano, aqui no Caic e o pessoal do Estado que está conduzindo isso. Se o povo de Nova Lima fosse lá só ia ver gente de Belo Horizonte. Então, foi uma decepção terrível. E foi brincadeira, viu, vereador? Só gente de Belo Horizonte. E eles estão tentando uma ingerência dentro de Nova Lima, inclusive na Lei do Uso e Ocupação do Solo. Mas, graças a Deus, a legislação é muito clara. O Plano Diretor foi constituído pela Lei Federal, pelo Senado, ele é sacramentando nos municípios. Eles, para mudarem qualquer coisa, têm que mexer no Plano Diretor de Nova Lima. Então, eles querem ter ingerência aqui, nós não temos culpa do Buritis ter cinco mil prédios e não ter entrada e nem saída. E estão fazendo mais prédios lá. No jornal de hoje já tem anunciado um prédio lá com mais de trinta andares. Então, nós não temos culpa de a Raja ser aquele caos. Nós não temos culpa de o Belvedere ser aquele caos. Eles ocuparam o espaço deles enquanto a cidade de Nova Lima está crescendo e crescendo ordenadamente. É evidente que tem os desvios aí que têm que ser corrigidos na Lei Ambiental, vai ser corrigido. Mas é uma vergonha, querem ter ingerência dentro de Nova Lima. Ainda bem que eles não vão ter esse poder. Vamos para a homenagem que é mais importante”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “mas Senhor Presidente, o Senhor fala



que só tinha gente de Belo Horizonte, mas pasme o Senhor, que eu fiquei sabendo, eu não participei, teve uma maratona aqui nas festividades de Nova Lima, um vereador de Belo Horizonte entregando medalha. Vereador de Belo Horizonte entregando medalha. Agora, eu acho que o Secretário da pasta, já que ia entregar medalhas, podia, pelo menos, ter nos convidado para poder participar. Agora, um vereador de Belo Horizonte entregando medalha”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “Senhor Presidente, eu não poderia deixar de pronunciar porque estava presente nesse evento. Eu preciso explicar. É rápido. Realmente, vereadora, aconteceu isso mesmo. Esteve um vereador de nome Gilson, do PC do B, ele estava presente na entrega das medalhas da maratona e eu também estava presente. Então, eu fiz a entrega das medalhas e ele também fez a entrega das medalhas. E o curioso, Senhor Presidente, é que na publicidade dada a esse evento não colocaram fotos das entregas das medalhas. Talvez é para não aparecer o vereador de Belo Horizonte, não é isso? E com isso, eu, de Nova Lima, não apareci”. O Senhor Presidente registrou: “lembrar que quem vai decidir os caminhos de Nova Lima é o povo de Nova Lima. Nós vamos fazer tudo dentro da Lei, ter Audiência Pública, ter tudo, a população vai ter total manifestação a respeito do processo do próprio Plano Diretor de Nova Lima”. Logo após, o Senhor Presidente deu início à Homenagem à Senhora Ruth Racioppi da Rocha e disse: “Hoje, temos a honra de receber na Câmara Municipal a Sra. Ruth Racioppi da Rocha pela passagem de seus cem anos de vida dedicados à família e ao município de Nova Lima. Nascida em Ouro Preto, Ruth passou a residir na cidade quando se casou com o saudoso Augusto Aleixo da Rocha. Mãe de



Maria Ignez, Maria Cecília e Maria Luiza, Dona Ruth tem oito netos e um bisneto e tem como marca registrada seu amor pela família. Destacou e agradeceu a presença dos familiares da homenageada. Convidou o vereador José Guedes, autor do requerimento, para proceder à homenagem. O vereador José Guedes falou: “Boa noite a todos em especial a senhora Ruth Racioppi da Rocha. Esta noite é muito especial para mim, quero dizer que tive a honra e a felicidade de trabalhar na prefeitura com o esposo da Dona Ruth, o Senhor Augusto Aleixo Rocha e com sua filha Maria Cecilia que trabalhava na Contabilidade. Para quem não sabe, a Contabilidade era exatamente neste local. O gabinete do prefeito era aqui, o protocolo do outro lado. Então, a gente vê hoje como Nova Lima cresceu. O prédio da prefeitura funcionava neste local arcaico, com os móveis podres, o piso cheio de buracos. Maria Cecília sabe disto. Então, era uma pobreza, a cadeira do prefeito, o sofá era furado. E a gente não tinha pagamento naquela época, eram somente vales. A Maria Cecilia, como eu disse, exercia a função de contabilista na prefeitura que funcionava neste prédio, posteriormente ela foi chefe de divisão do departamento de RH no atual prédio da prefeitura. O Senhor Augusto Rocha foi um excelente funcionário, me ajudou muito na formação do meu caráter, me dando aos longos dos anos conselhos. Eu era um rapazola que sempre fui ajudado pelo senhor Augusto, sempre me dava biscates em sua casa fazendo capina e limpeza dos jardins, etc. Senhora Ruth, esposa do senhor Augusto (em memória) tem uma família tradicional em Nova Lima e, sem dúvida nenhuma, é uma família maravilhosa. Ruth Racioppi da Rocha nasceu no dia 31/10/1913, na cidade de Ouro Preto/MG. Filha do Dr. Vicente de



Andrade Racioppi e de Dona Maria Dias Racioppi. Irmãos: Maria José, Carlos, Mário, Edith, Lúcia, Celso. Em Ouro Preto viveu toda a sua infância. Ela mudou-se com a família para Alfenas e por lá viveu boa parte de sua juventude. Mais tarde, retornou para Ouro Preto e graduou-se em Magistério. Veio morar em Belo Horizonte, sendo sócia de sua irmã Edith em uma farmácia localizada no Bairro Carlos Prates. Ampliaram os negócios e abriram uma farmácia na cidade de Raposos, aonde ela veio a trabalhar na companhia do seu irmão Carlos. Como exímia datilógrafa, foi convidada a trabalhar no Cartório local. Desenvolveu um trabalho muito grande no Fórum da cidade de Nova Lima. Em Nova Lima, ela conheceu Augusto Aleixo da Rocha, funcionário da Prefeitura e vieram a casar-se em 1948, na Igreja de São Francisco, no Bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte. Ruth, desde então, passou a morar em Nova Lima, onde nasceram as três filhas: Maria Ignez, Maria Cecília e Maria Luiza. Viúva desde 1990. Hoje tem oito netos: Leonardo, Paula, Ana Cecília, João Augusto, Lúcio Henrique, Viviane, Lívia e Augusto. E um bisneto: Leonardo Júnior. É importante destacar as qualidades dela: amor, aceitação, humildade, simplicidade, bondade, paciência, tolerância, serenidade, religiosidade. Está sempre agradecendo a Deus por todas as coisas. Valoriza a família e a quer sempre reunida. Por todos esses predicados, a senhora merece essa homenagem deste vereador e amigo da família. Agradeço meus colegas vereadores por terem aprovado o projeto de minha autoria. Muito obrigado, que Deus ilumine a senhora e a família da senhora. A família da senhora é uma família que nunca teve mancha. O senhor Augusto, volto a repetir, foi um homem juntamente com Dico



Penido, que me ajudou mostrar o caminho da honestidade, me ajudou ter este caráter que eu tenho, com firmeza e dedicação às coisas de Nova Lima. Eu, durante este período meu na Câmara Municipal, esses vinte e poucos anos, eu tive a felicidade de homenagear sete mulheres com cem anos ou mais. Agora, recebi um currículo do Sr. João, ex-funcionário da prefeitura também, cento e um anos. O Sr. João Ferreira foi amigo de seu pai na prefeitura, nosso amigo, nosso conhecido. Então, sete mulheres e um homem, breve eu vou ter o prazer de homenagear o Sr. João que é uma das melhores pessoas de Nova Lima. Muito obrigado e boa noite”. Em seguida, o vereador José Guedes entregou à Senhora Ruth a Menção Honrosa que contém os seguintes dizeres: “A Câmara Municipal de Nova Lima homenageia a Senhora Ruth Racioppi da Rocha. Receba essa homenagem como expressão de respeito, de gratidão e de admiração. Nova Lima, 18 de fevereiro de 2014”. O Senhor Presidente entregou flores à Senhora Ruth Racioppi da Rocha. A Senhora Maria Ignez Racioppi da Rocha, filha da Senhora Ruth, agradeceu em nome da família: “Excelentíssimo Senhor Nélio Aurélio, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Senhor vereador José Guedes, autor do projeto. Senhores vereadores. Senhora Ruth Racioppi da Rocha, minha querida mãe. Senhores e Senhoras. O brilho nos olhos anunciou a imensa alegria que a mamãe ficou ao receber o convite desta Casa para ser homenageada com o recebimento da Menção Honrosa pela ocasião do seu centenário de vida. Incrível. Hoje, a caminho dos cento e um anos de idade, a sensibilidade aflora ainda muito mais em seu coração, e seus lindos olhos se emocionam e refletem a riqueza do ouro de nossa Terra. Como de fato, a mamãe veio





abrilhantar a nossa querida Nova Lima. Ela participou e vivenciou ativamente do desenvolvimento da cidade. Contribuiu com amor, dignidade, fraternidade, carinho e dedicação para a nossa história. Hoje, sua valiosa contribuição continua por meio de seus exemplos de fé, de força, de perseverança, de agradecimento e de aceitação. Por certo, uma merecida homenagem. Em nome dela e de toda a minha família, tenho a honra e a alegria de agradecer ao Senhor vereador José Guedes pela autoria de tão relevante e expressivo projeto. Projeto que leva ao cidadão nova-limense a satisfação e o orgulho de uma vida repleta de bondade, de respeito ao próximo e de amor. Estendo, também, nossos sinceros agradecimentos aos demais vereadores da Câmara Municipal de Nova Lima e a todos que contribuíram para que esta solenidade se realizasse. Muito obrigada”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.\_\_\_\_\_